



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

**ANEXOS
JUSTIFICATIVAS**

Documento PENDENTE de assinatura(s) conforme informações apresentadas ao final da última página

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências de infraestrutura do nordeste, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram alcançar níveis satisfatórios nos indicadores sociais, pois os municípios nordestinos ainda se situam entre os mais baixos índices do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar as condições de infraestrutura.

Deste modo, o Poder Legislativo de Sergipe vem cercando esforços para viabilizar a pavimentação de vias públicas. A Codevasf está atuando como parceira nessa política e tem como papel a gestão e fiscalização dos recursos orçamentários das emendas parlamentares. Portanto, a presente licitação justifica-se pelo interesse público de se obter os preços mais vantajosos para a Administração na execução dos serviços de pavimentação.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços e seus quantitativos efetivamente executados.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela CONTRATADA.

Desapropriação: Não aplicável, tendo em vista que não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado: Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista que esta forma tem se mostrado eficaz nos certames anteriores por não gerar dívidas aos licitantes e, por ter o processo licitatório lances de oferta de menor preço, os preços tendem a se ajustar ao mercado, diferente dos processos licitatórios de proposta única.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica e logística de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade necessária.

Licença Ambiental: Deverá ser solicitada Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao município ao qual serão executados os serviços de engenharia objeto desse

TR, por meio do órgão responsável pela emissão da mesma. A Ordem de Serviço somente será emitida após a obtenção da citada Anuência Ambiental.

Justificativa Serviços Comuns para realização Pregão Eletrônico

Os serviços de pavimentação granítica de vias públicas, a serem realizados, são serviços de engenharia que podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns por tratar-se de serviços simples, que podem ser objetivamente definidos com especificações usuais de mercado, possuírem natureza padronizável e pouco complexa. Os serviços consistem única e exclusivamente no revestimento, com pedras graníticas rejuntadas, de vias públicas existentes, já consolidadas, obedecendo o greide (perfil longitudinal) existente, objetivando a boa trafegabilidade de veículos e pedestres e eliminação de poeiras em época de estiagem e buracos e lama nas épocas de chuva. Não estão previstos, e nem fazem parte dos objetivos, qualquer alteração no traçado geométrico das ruas. Também, não é objeto dessa ação a execução de base ou sub-base de estradas. Os serviços de pavimentação granítica visam inequivocamente apenas revestir as ruas existentes desprovidas desta proteção superficial. Basicamente, os serviços são: regularização superficial da estrada existente, execução de meio-fio, execução de colchão de areia sobre a estrada, assentamento das pedras graníticas e rejuntamento com nata de cimento. A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução conforme consta das especificações técnicas.

Ademais, é oportuno citar o Acórdão TCU nº 2471/2019-Plenário, o qual, dentre outras indicações, salientou:

9.3. dar ciência à Caixa que, em futuras contratações de serviços comuns de engenharia, adote a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos da Lei 10.520/2002, do recente Decreto 10.024/2019, bem como da jurisprudência deste Tribunal.

Documento PENDENTE de assinatura(s) conforme informações apresentadas ao final desta página